

A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES REASSENTADOS PELO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU (PR)

Jhones Donizetti MENDES¹

Sergio FAJARDO²

RESUMO

O artigo aborda a reterritorialização dos agricultores familiares reassentados no Reassentamento Rural Coletivo Flor da Serra (RRCFS), em Realeza-PR, após a implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHEBI). Este estudo, de abordagem qualitativa, foi realizado através de observações realizadas durante visita *in loco*, entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e análise cartográfica para compreender as dinâmicas territoriais entre 2013 e 2024. Os resultados indicam que a desterritorialização forçada rompeu laços culturais, sociais e econômicos dos agricultores, mas a reterritorialização no RRCFS possibilitou a reorganização produtiva e social, ainda que com desafios de adaptação e infraestrutura. As famílias reassentadas enfrentaram dificuldades, como a morosidade na entrega das terras e a necessidade de adequação às novas condições. Contudo, a proximidade do reassentamento com os antigos territórios favoreceu a manutenção de vínculos sociais e culturais. O estudo conclui que a reterritorialização é um processo complexo, que exige políticas públicas mais justas e eficazes para minimizar os impactos da desterritorialização e garantir condições dignas aos reassentados. A pesquisa contribui para o debate sobre os efeitos sociais e territoriais de grandes empreendimentos, evidenciando a importância de considerar as especificidades locais e os direitos das comunidades atingidas.

Palavras-chave: Território. Atingidos por barragens. Multiterritorialidade. Reassentamento.

¹ Docente do Instituto Federal do Paraná (IFPR), Campus de Assis Chateaubriand.

² Docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

THE RETERRITORIALIZATION OF FAMILY FARMERS RESETTLED BY THE IMPLEMENTATION OF THE BAIXO IGUAÇU HYDROELECTRIC POWER PLANT (PR)

ABSTRACT

The article addresses the reterritorialization of family farmers resettled in the Flor da Serra Collective Rural Resettlement (RRCFS) in Realeza–PR, following the implementation of the Baixo Iguaçu Hydroelectric Power Plant (UHEBI). This qualitative study was conducted through observations made during an on-site visit, semi-structured interviews, photographic records, and cartographic analysis to understand the territorial dynamics between 2013 and 2024. The results indicate that forced deterritorialization disrupted the cultural, social, and economic ties of the farmers, but reterritorialization at the RRCFS enabled productive and social reorganization, albeit with adaptation and infrastructure challenges. The resettled families faced difficulties, such as delays in land allocation and the need to adapt to new conditions. However, the proximity of the resettlement to their former territories facilitated the maintenance of social and cultural bonds. The study concludes that reterritorialization is a complex process that requires more equitable and effective public policies to minimize the impacts of deterritorialization and ensure dignified conditions for resettled families. The research contributes to the debate on the social and territorial effects of large-scale projects, highlighting the importance of considering local specificities and the rights of affected communities.

Keywords: Territory. Dam-affected people. Multiterritoriality. Resettlement.

1 INTRODUÇÃO

As usinas hidrelétricas (UHE) são caracterizadas como empreendimentos hidrelétricos compostos por barragens, reservatórios, turbinas e sistemas de geração e transmissão de energia elétrica para abastecimento residencial, comercial e industrial. Elas causam impactos de ordem ambiental e social, como o exemplo dos sujeitos sociais atingidos que sofrem o deslocamento compulsório por conta da implantação e formação do reservatório artificial. Segundo Silva (2010, p. 45), “impactos” são alterações, transformações, reordenamentos das condições ambientais acarretadas pelas ações antrópicas por conta da alteração dos elementos naturais e sociais de um determinado espaço.

É importante refletir que a implantação de empreendimentos hidrelétricos, ao promover o deslocamento compulsório de populações, influencia diversas dimensões e escalas temporais e espaciais. Nesse contexto, deve-se considerar as alterações patrimoniais (novos proprietários), as realocações morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), bem como as dinâmicas socioeconômicas e a formação de novos grupos sociais na região de implantação das barragens, que trazem consigo novos interesses e problemas (Vainer, 2005, p. 8).

Nos estudos de Cavalcanti, Torquato e Dias (2020, p. 183), ressalta-se que a implantação de empreendimentos hidrelétricos repercute na ruptura social, cultural e na subsistência econômica e alimentar das populações atingidas. Uchimura (2022, p. 26) também evidencia que as empresas responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos expropriam famílias residentes em terras afetadas, desmantelam comunidades, se apropriam de extensos territórios férteis e produtivos, e demolem benfeitorias como casas, igrejas e templos para dar lugar às barragens que controlam os rios. Neste jogo de poder, nem sempre todos ganham. O que pode beneficiar um grupo pode impactar negativamente outro,

O ato de reassentar, se define como o “novo assentamento; ação de fixar novamente, ou em outro lugar, um grupo de pessoas que já estavam vivendo em determinado local” (Dicionário Online de Português, 2024). Nesse sentido, o Reassentamento Rural Coletivo (RRC) é uma modalidade de indenização para os sujeitos sociais atingidos, como forma de mitigar os impactos sofridos e restabelecer as atividades e qualidade de vida das famílias interferidas, com condições similares ou superiores àquelas que possuíam antes da implantação do empreendimento

hidrelétrico. Logo, é como se fosse a construção de uma nova comunidade rural, com arruamentos, infraestruturas de casas, e galpões e cercas, bem como distribuição de água e energia para aqueles atingidos pelo empreendimento hidrelétrico.

Carvalho e Sieben (2019, p. 183) reforçam que municípios afetados por projetos hidrelétricos apresentam consideradas alterações nos seus modos de vida, inclusive, modificações territoriais. Neste sentido, compreender a conceituação do território é imprescindível para analisar os processos sociais e suas distintas implicações territoriais. Por este motivo, o presente trabalho possibilita uma visão para diversos públicos sobre a problemática dos impactos sociais e as transformações territoriais para explicar o fenômeno da reterritorialização dos agricultores familiares reassentados pelo projeto de implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (UHEBI).

A presente pesquisa contempla o processo de reterritorialização dos agricultores familiares no Reassentamento Rural Coletivo Flor da Serra (RRCFS), localizado no distrito de Flor da Serra, no município de Realeza-PR, onde reterritorializaram 11 famílias atingidas pelos impactos de implantação da UHEBI. A entrega oficial das casas e da infraestrutura no reassentamento ocorreu em 28 de fevereiro de 2020 e as famílias se mudaram no início de março do mesmo ano.

Estas famílias tiveram os seus antigos territórios atingidos nas áreas rurais dos municípios paranaenses de Capanema, Nova Prata do Iguaçu, Planalto e Realeza, dispostas à margem esquerda do rio Iguaçu.

Embora o município de Capitão Leônidas Marques-PR, disposto na margem direita do rio Iguaçu, tenha sido bastante afetado pela implantação do projeto hidrelétrico, no RRCFS não há reassentado desta municipalidade, uma vez que optaram pelo RRC no espaço rural do município de Santa Tereza do Oeste-PR. Por conta da amplitude de informações, cabe destacar que esta pesquisa destacou apenas os sujeitos sociais atingidos que foram reterritorializados no RRCFS. Disso, este artigo teve como objetivo explicar a reterritorialização dos agricultores familiares atingidos³, no RRCFS, mediante o recorte temporal dos anos de 2013 a 2023. Logo, a pesquisa se justifica pela carência de estudos sobre o processo de reterritorialização de agricultores familiares atingidos projeto de implantação da UHEBI, pois, após construída, é como se não houvesse mais problemas ou fatos a noticiar.

³ São considerados agricultores familiares atingidos: proprietários, arrendatários e empregados, ambos em situações que já receberam, não receberam ou estão para receber as indenizações, assim como, os que foram reassentados.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem o viés qualitativo e é fruto da tese de doutorado em Geografia. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “[...] na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados”. Neste sentido, buscou-se compreender a reterritorialização dos agricultores de base familiar que foram atingidos e deslocados para o RRCFS, por conta da implantação da UHEBI, cuja base de coleta de dados deu-se por meio observações realizadas durante visita *in loco*, entrevistas semiestruturadas com o público atingido, registros fotográficos, elaboração cartográfica, fontes de informação, com análise do marco temporal dos anos de 2013 a 2024.

De acordo com Alvarez, Costa e Herrera (2019, p. 66), as pesquisas de campo são essenciais para averiguar o local da paisagem e as formas de reterritorialização utilizadas pelas famílias reassentadas. O estudo *in loco*, além das entrevistas, possibilitou registros fotográficos para compreender as reconfigurações territoriais

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos dias 24 e 25 de março de 2023. Do total de 11 propriedades de agricultores familiares atingidos e reassentados, foram entrevistados 7 representantes familiares impactados a montante da barragem e que, hoje, residem no RRCFS. Três entrevistas não ocorreram porque o público a ser entrevistado esteve ausente.

O foco principal está nas entrevistas realizadas com as famílias expropriadas e reassentadas, destacando a permanência e adaptabilidade dos sujeitos sociais no novo território, bem como na busca por compreender o processo de reterritorialização no RRCFS.

Antes de entrevistar, foi explicado o objetivo da pesquisa aos representantes dos núcleos de agricultores familiares reassentados. Os entrevistados (homens e mulheres) autorizaram a cessão de gravação dos depoimentos orais e a não identificação dos depoentes, mediante a coleta de suas assinaturas no Termo de Compromisso Livre e Esclarecido - TCLE. Assim, foram identificados no trabalho pelos pseudônimos Sr. Albano, Sr. Carlos, Sr. Eduardo, Sr. Frederico, Sr. Gilberto, Sra. Bete e Sra. Diana.

As entrevistas semiestruturadas contaram com questões abertas para permitir maior liberdade para narrar as concepções de forma mais detalhada sobre a problemática em pauta. Conforme Arcanjo, Herrera e Silva (2019, p. 81), a realização deste tipo de entrevista permite a compreensão da realidade cotidiana.

Foram utilizados trechos de modo literal, e, por isso, há palavras com grafias consideradas incorretas na norma formal da língua portuguesa. No entanto, essas expressões foram mantidas no texto por refletirem a linguagem coloquial dos entrevistados, sem o uso da expressão “[sic]”. Os depoimentos baseados na vivência são utilizados como dados, já que a memória é, como afirma Pollak (1989, p. 7), uma “[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, constituída por elementos como acontecimentos, sujeitos e lugares.

Ainda, os mapas de localização dos municípios afetados e das disposições dos loteamentos no RRCFS foram elaborados para análise cartográfica.

De modo a esclarecer as conceituações derivadas de *território* e a sua relação com o tema deste artigo, a seção a seguir apresenta a referida fundamentação teórica.

3 DO CONCEITO DE TERRITÓRIO À MULTITERRITORIALIDADE

O território é um dos conceitos fundamentais da Geografia, caracterizado por espaços onde se estabelecem relações de poder. Neste âmbito, a implantação de empreendimentos hidrelétricos reconfigura territórios e ocasiona a multiterritorialidade marcada pela desterritorialização (*des*, sendo o prefixo de perda do território) e pela reterritorialização (*re*, sendo o prefixo de reconquista ou conquista do território) de sujeitos sociais atingidos por barragens.

Assim sendo, as seções seguintes apresentam as conceituações multiterritoriais por detrás da implantação de projetos hidrelétricos, marcadas pelo processo desterritorializador e reterritorializador dos sujeitos sociais atingidos.

3.1 ESPAÇO E TERRITÓRIO

Como a pesquisa se refere à reterritorialização dos sujeitos sociais atingidos por projeto hidrelétrico, antes de detalhar o conceito de território, é preciso esclarecer e adotar a definição de espaço, haja vista que é nele que o território se estabelece e promove diversas relações.

De acordo com Corrêa (2000, p. 17), o “espaço geográfico” ou “espaço” é uma porção específica da superfície terrestre, qualificada pelo ambiente ou pelo modo singular de como o ser

humano faz suas marcas nele. O sujeito social pode modificar o espaço ao apropriar-se dos dados ambientais por meio de sua dinâmica social, de modo que o espaço seja a união dos ambientes naturais e sociais. Assim, o espaço com interesse de poder emprega as características de território.

Saquet (2008, p. 80) esclarece que “O espaço não é apenas substrato ou palco; está em relação, através de mediadores (trabalho e técnicas), com o território, e este contém o espaço já modelado e, mais do que isso, não há território sem uma trama de relações sociais”. Essas tramas caracterizam as territorialidades empregadas no decorrer do tempo.

A territorialização do espaço acontece pela “apropriação” concreta ou simbólica, de tal modo que a “prisão original” do espaço humano se transforma na “prisão construída” pelo trabalho humano e pelas relações de poder que seguem as classes sociais (Haesbaert, 2008, p. 104).

De acordo com Haesbaert (2000, 2006, 2008), Saquet (2005, 2007, 2011), Fernandes (2008), Medeiros (2008) e Souza (2008), espaço e território possuem concepções distintas, entretanto, não devem ser considerados de forma isolada. Medeiros (2008, p. 217) esclarece que “[...] espaço e território são indissociados, pois enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último é a condição para que o espaço se humanize”. Segundo Saquet (2008, p. 83), “O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território [...]”, pois é neste espaço que se moldam as relações de poder, por isso, os conceitos não estão isolados.

Quando a abordagem condiz ao contexto territorial, é preciso compreender qual território. As classes e relações sociais não estão separadas dos territórios; ao contrário, elas se apropriam ou produzem territórios, ou podem ser produzidas por eles (Fernandes, 2008, p. 204).

A implantação de usinas hidrelétricas acarreta a expropriação de populações atingidas pela reconfiguração territorial. Na falta de acordos entre as partes (populações atingidas e os empreendedores), as manifestações ocorrem como resistência. Sendo assim, para compreensão dos impactos sociais, primeiramente deve-se entender as abordagens teóricas sobre o território.

Conforme Haesbaert (2006, p. 79), produz, delimita e define o território a partir das múltiplas relações de poder, desde as mais materiais, como as relações econômico-políticas, até o poder simbólico das relações de ordem essencialmente cultural. As diferentes classes e relações sociais produzem espaços e territórios distintos, o que torna primordial a adoção de uma tipologia de territórios. Como Fernandes (2008, p. 199) afirma, “[...] relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade”.

Na conceituação do território, leva-se em conta o recorte espaço-temporal. Fernandes (2008, p. 200) ressalta a importância da contextualização consoante a tipologia do território:

Em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais? O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, onde está a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Por isso, a importância de todos os tipos de território [...].

No caso da implantação da UHEBI, compreende-se o processo de disputa territorial ao longo do recorte espaço-temporal, desde as propriedades e famílias atingidas pelo empreendimento até a comunidade que perde os seus laços comerciais, religiosos, de vizinhança, de ajuda mútua e de trabalho, tanto materiais quanto imateriais.

A contextualização espaço-temporal é base de compreensão dos distintos tipos de território. Assim, torna-se crucial a realização de estudos das características fundamentais do processo de apropriação, as relações de poder e a produção territorial, além das identidades simbólico-culturais, das contestações, das desigualdades e dicotomias, das mudanças (descontinuidades), das permanências (continuidades) e das redes de circulação e comunicação (Saquet, 2008, p. 73).

Fernandes (2008, p. 199) destaca que o desafio era “[...] compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais”. Ao aplicar essa reflexão à pesquisa, ficam compreendidas as conflitualidades geradas pelos empreendedores na implantação da UHEBI e a resistência à desterritorialização por parte dos agricultores familiares atingidos. Esses agricultores familiares reconheceram-se como atingidos e discordaram dos valores e/ou tipos de indenizações oferecidos, durante o período de 2013 a 2018, tal como a modalidade de RRC só foi disponibilizada em 2018. O deslocamento compulsório e de instalação do RRC permite a compreensão da produção e reconfiguração espacial e territorial.

Quaini (*apud* Saquet, 2008, p. 79) compreende o território tanto área e localização quanto produto social constituído de história, de âmbito econômico, político e cultural. Por isso, considera-se o caráter histórico, relacional e plural do território e da paisagem, cuja produção territorial abrange o espaço e apresenta paisagens dicotômicas (Saquet, 2008, p. 79-80).

Fernandes (2008, p. 209) exemplifica os territórios enquanto propriedades com configurações e utilizações diferentes, como moradia e espaços para a produção alimentícia e de

mercadorias. No caso dos agricultores familiares atingidos pela implantação da UHEBI, seus antigos territórios rurais serviam de base para a agricultura de autoconsumo, cuja implantação do empreendimento hidrelétrico significou a reconfiguração territorial marcada pelo controle, ocupação e conflitualidades nesses territórios.

Ao tratar da territorialidade e da conflitualidade em projetos hidrelétricos, há de se refletir sobre o território material e o imaterial. A produção material do território é realizada concomitante à produção imaterial. Para isso, o território imaterial é estruturado por diversos conhecimentos como “[...] conceitos, teorias, métodos, ideologias, etc., que definem a leitura, a interpretação, a compreensão e, portanto, a explicação do objeto, tema ou questão” (Fernandes, 2008, p. 211).

O sujeito social atingido por barragem, ao lutar pelo seu território, defende não apenas o valor econômico, mas também as relações estabelecidas naquele espaço, cuja memória revisita. Picoli (2012, p. 110) explica que em uma propriedade, “[...] não se configuram apenas valores monetários, mas também simbólicos: representa o trabalho, o sofrimento, o esforço para criar os filhos”. Portanto, há valores estabelecidos impossíveis de contabilizados ou de racionalizar.

Posto isso, a próxima seção apresenta os conceitos e processos de desterritorialização e reterritorialização que compõem o processo maior, ou seja, a multiterritorialidade.

3.2 DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À RETERRITORIALIZAÇÃO

Na abordagem territorial, o território se torna fruto da territorialização de forma material (concreta) e imaterial (simbólica), resultado das relações sociais (Saquet, 2007, p. 132). Neste sentido, a abordagem territorial é um meio para compreensão das redes, dos rearranjos, das oposições, das temporalidades e dos territórios, com base na (i)materialidade do mundo vivido.

Ao debater o conceito de território, os processos culturais primordiais às relações de poder e as identidades simbólico-culturais exclusivas, em especial, os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) são discutidos na Geografia (Saquet, 2008, p. 82).

Dessas discussões, Gilles Deleuze e Félix Guattari identificam a desterritorialização como “o movimento de abandono do território, ‘a operação da linha de fuga’, e a reterritorialização seria o movimento de construção do território” (*apud* Haesbaert, 2006, p. 127). O abandono pode ocorrer

livremente (por interesse do sujeito ou grupo social) ou forçado (por desastres naturais, imposições judiciais, guerras, conflitos, etc.), que envolva questões naturais, políticas, econômicas e sociais.

Para Haesbaert (2006, p. 235), desterritorializar, diminuiria ou enfraqueceria o controle sobre as fronteiras, o que intensificaria “[...] a dinâmica, a fluidez, a mobilidade, de pessoas, bens materiais, capital ou informações”. Assim, no processo de desterritorialização, os sujeitos sociais sofrem a perda de seus laços com o território e emigram (Haesbaert, 2000, p. 170). No caso, a desterritorialização de sujeitos sociais atingidos por projetos hidrelétricos impacta na reprodução de vidas, pois esses sujeitos sofrem o rompimento de elos simbólicos, culturais, familiares, religiosos e de vizinhança, construídos ao longo de anos (Silva; Cavalcante, 2022, p. 227).

Pelos relatos de Carvalho e Sieben (2019, p. 179), antes de serem atingidos pela implantação da UHE Estreito (TO), os sujeitos sociais sobreviviam da agropecuária de subsistência ribeirinha, que possibilitava uma qualidade de vida tranquila, além de laços afetivos de amizade, familiares e de comunidade, o que fortalecia ainda mais a relação social evidente há décadas.

Os ribeirinhos estabelecem relações no território, por este fazer parte da vivência e ser culturalmente o trecho de suas histórias (Carvalho; Sieben, 2019, p. 179). A desterritorialização vincula-se à concepção de território tanto controle político-econômico (no sentido funcional) quanto como apropriação ou identificação cultural (no sentido simbólico) (Haesbaert, 2006, p. 313). Logo, qualquer processo de desterritorialização relaciona-se ao de reterritorialização.

Com base no argumento de Souza (2008, p. 60), a desterritorialização ocasiona o desenraizamento com consequência de traumas culturais, em menor ou maior intensidade, aos sujeitos e grupos sociais. Para Fernandes (2008, p. 209), o “desapossamento” expropria os sujeitos, grupos e identidades, por isso, ocorre a disputa pelos territórios entre diversificados povos subalternizados pelo capitalismo e as variadas formas de resistência nos territórios agrários.

A disputa territorial acontece pela desterritorialização ou pelo domínio dos modos de uso e acesso aos territórios (Fernandes, 2008, p. 208-209). Assim, essa disputa ocorre pelo poder sobre as territorialidades. Por isso, os empreendedores hidrelétricos desterritorializam os territórios dos sujeitos sociais e por meio da reconfiguração territorial, promovem a reterritorialização do espaço.

Ao se tratar de sujeitos sociais atingidos por projetos hidrelétricos, Silva e Cavalcante (2022, p. 227) explicam que a desterritorialização inicia com a visitação às famílias e a informação sobre a retiradas das infraestruturas, o que desfaz as relações com a terra, rios, e florestas, assim como, impacta no vínculo social e simbólico com o território, rompendo todo o seu modo de vida.

A desterritorialização ocasionada pelos empreendedores hidrelétricos acontece de diversos modos e contempla o natural, o econômico, o político, o cultural e geográfico. Segundo Haesbaert (2000, p. 181), a desterritorialização simbólica, aniquila símbolos, marcos históricos e identidades. Já a desterritorialização material e político-econômica, desintegra laços antigos e fronteiras.

A desterritorialização é a intensificação da territorialização, inclusa na multiterritorialidade enquanto um processo de destruição e construção de territórios, nas suas múltiplas escalas. Por isso, toda desterritorialização gera a reterritorialização (Haesbaert, 2006, p. 32).

A reterritorialização contempla relação de poder de forma concreta ou simbólica. Essa relação pode ocorrer de modo desigual, em que os territorializados desterritorializam para reterritorializar sob o seu controle e os desterritorializados, procuram um novo espaço para reterritorializar (Haesbaert, 2006, p. 259). Logo, é crucial distinguir quem desterritorializa quem e com quais objetivos, os quais promovem territorializações desterritorializantes e desterritorializações reterritorializadoras.

Haesbaert (2000, p. 199) corrobora que a desterritorialização “[...] quantifica, massifica (na rede: desigualdade/hierarquia) [...]” e desenraíza. Por outro lado, a reterritorialização qualifica, identifica, distingue e enraíza. Portanto, o poder sobre o espaço permite territorializar-se e a perda desse poder força a desterritorializar-se (Haesbaert, 2006, p. 259, 262).

A territorialidade exposta por Haesbaert (2006, p. 87) e por Saquet (2008, p. 86) condiz às ações antrópicas de um sujeito ou grupo obter poder de influência e/ou controle sobre objetos e populações em determinado espaço, definido território. Diante disso, as reflexões multiterritoriais expostas são importantes para compreender os resultados e discussão expostos na seção seguinte.

4 DA DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS SUJEITOS SOCIAIS ATINGIDOS À RETERRITORIALIZAÇÃO NO RRCFS

A implantação de UHE ocasiona a ruptura social, cultural e na sobrevivência econômica e alimentar dos sujeitos sociais atingidos. Uchimura (2022, p. 26) relata que os empreendedores hidrelétricos promovem o deslocamento forçado de famílias residentes em terras a serem atingidas, extinguem comunidades, se apossam de extensos territórios férteis e produtivos, e destroem benfeitorias como residências, comércios, igrejas e templos para ceder lugar às usinas que barram

os rios para geração energética. Esta reflexão considera o argumento de trocas compensatórias de Matiello e Queluz (2015, p. 11), no qual é necessário desterritorializar sujeitos sociais ribeirinhos para os empreendedores hidrelétricos reconfigurarem o território, gerar energia e comercializá-la.

A exemplo disso, cita-se o caso da UHEBI (Figura 1), que teve suas obras iniciadas em 1º de julho de 2013 e que inúmeras famílias na região Oeste e Sudoeste do estado do Paraná foram desterritorializadas para gerar energia com potencial de 350,2 MW. Disso, 70% dessa energia já estava comercializada para a empresa Vale, do estado de Minas Gerais, antes mesmo da usina entrar em operação (Usina Baixo Iguaçu, 2017).

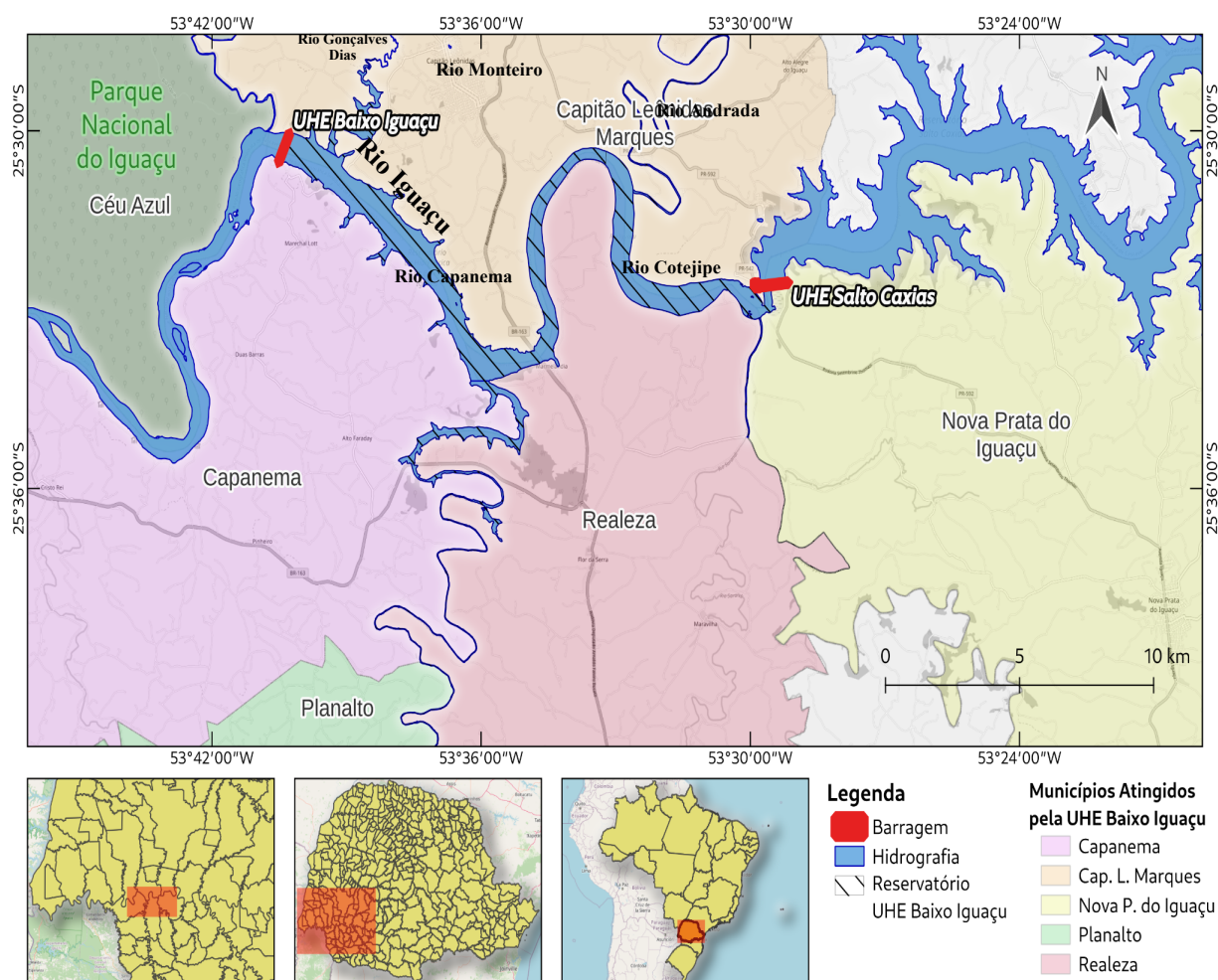


Figura 1 - Localização dos municípios afetados pela UHE Baixo Iguaçu (UHEBI)

Fonte: Open StreetMap (2024). Sistema de Coordenadas Plana: UTM Zone 22 Sul. Datum Horizontal: SIRGAS 2000. Elaboração: os autores (2024). Licença: CC BY-SA 4.0 Deed

Na construção do canteiro de obras, mesmo não tendo negociado com todos os proprietários e trabalhadores dos territórios de interesse, os empreendedores desterritorializaram parcial ou totalmente 12 propriedades rurais nos municípios de Capanema-PR (margem esquerda do rio) e de Capitão Leônidas Marques-PR (margem direita).

A UHEBI localiza-se na região hidrográfica do Baixo Iguaçu, 32 km a jusante da UHE Salto Caxias e próxima aos limites do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) e do rio Gonçalves Dias (Figura 1). A barragem está no leito do rio Iguaçu, sob as coordenadas geográficas 25°30' S e 53°40' O, entre os municípios de Capanema-PR e Capitão Leônidas Marques-PR (Figuras 1 e 2).



Figura 2 - Disposição da UHEBI com vista para jusante e para o PNI

Fonte: Baixo Iguaçu (2021)

O município de Capanema-PR foi afetado pelo rio Iguaçu (principal) e pelo rio Capanema (afluente). Já o município de Capitão Leônidas Marques-PR, foi afetado pelo rio Iguaçu e pelos rios Andrada e Monteiro (afluentes). A elevação do nível d'água do reservatório também afetou os municípios a montante da barragem, no caso, Nova Prata do Iguaçu-PR (pelo rio Iguaçu e pelo afluente, rio Cotejipe), Planalto-PR (pelo rio Capanema) e Realeza-PR (pelos rios Iguaçu e Cotejipe). Conforme a consultora, Desenvix (2008, p. 54), do reservatório de 30 km², 13,59 km² seria de inundação (fora da calha do rio), impactando em “[...] cerca de 32 km do rio Iguaçu, 39 km do rio Capanema, 4 km do rio Cotejipe, 12 km do rio Monteiro e 19 km do rio Andrada”.

Em 28 de dezembro de 2015, o “Jornal A Notícia” (2015, p. 3) informou que o consórcio empreendedor teve autorização para elevar a cota d'água do reservatório de 259 m para 261,60 m,

a fim de aumentar a geração elétrica, o que impactaria na ampliação do lago artificial. Depois de formado o reservatório, o quantitativo de propriedades atingidas aumentou, pois em 2008 a estimativa seria de 336 propriedades atingidas e em 2022, o relatório do consórcio empreendedor informou 431 propriedades consideradas atingidas, das quais 12 se situavam no canteiro de obras, 336 no território do reservatório e 83 na área de remanso (Hidrelétrica Baixo Iguaçu, 2022, p. 35).

Também, a estimativa do ano de 2008 apontava que 359 famílias seriam atingidas pelo empreendimento hidrelétrico, contudo, no levantamento de 2022, foram reconhecidas como atingidas pelo Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI), 552 famílias do total de 795 cadastros socioeconômicos realizados que se subdividiam entre 386 proprietárias e 409 não proprietárias (Hidrelétrica Baixo Iguaçu, 2022, p. 35).

O entrevistado Sr. Albano (2023) relembra o processo de reconhecimento como atingido: “Eles pediram minha documentação. Nessa época, me encaixei como arrendatário. Eu tinha contrato e tinha nota... Através de documentação, você tinha que provar”. Nesse contexto, enquanto os proprietários legais já dispunham de documentação comprobatória, os trabalhadores e agricultores que arrendavam terras precisavam apresentar provas documentais para serem reconhecidos como atingidos. Foram considerados atingidos não proprietários: “[...] arrendatários, agregados, filhos de proprietários, herdeiros e residentes” (Hidrelétrica Baixo Iguaçu, 2022, p. 35).

O entrevistado Sr. Gilberto (2023) trabalhava com a criação de vacas-leiteiras para seu primo. Este, foi indenizado com carta de crédito, adquiriu nova propriedade e mudou o ramo de atividade. Desse modo, como expropriaram os meios de sobrevivência do entrevistado Sr. Gilberto (2023), ele também teve que ser indenizado e persistiu até conseguir sua propriedade no RRCFS.

A incerteza da construção dos reassentamentos rurais coletivos (RRC) reduziu o número de persistentes a esta opção e influenciou nos aceites das cartas de crédito, embora os estudos ambientais do ano de 2008 informassem que o RRC seria uma opção de indenização. O entrevistado Sr. Frederico (2023), lembrou quando conheceram uma possível área de RRC:

[...] 250 famílias, fomos de ônibus numa fazenda, em Toledo, para reconhecer, já estava tudo acertado. A carta ainda era de R\$ 140.000,00. Quando deu R\$250.000,00, já tirou metade daquelas 250 famílias. Mas essas 250 estavam enquadradas e já estava certinho, né? Tinha direito, mas daí quando subiu para R\$400.000,00, sobraram 18 famílias, senão, era para ser aquele reassentamento.

Desde 1º de julho de 2013, o RRCFS só foi implantado no segundo semestre de 2018, com 11 famílias no RRCFS e outras 7 famílias, no RRC de Santa Tereza do Oeste-PR. A queda brusca de interessados ao reassentamento reflete o impacto da falta de clareza e a morosidade. Nesse contexto, muitos atingidos preferiram aceitar as propostas oferecidas e buscar sua reterritorialização por conta própria, em vez de aguardar por uma solução coletiva. O medo de ficarem sem amparo e condições para restabelecerem suas vidas, fez com que buscassem meios mais imediatos de assegurar sua subsistência e renunciaram a possibilidade do reassentamento.

As manifestações dos sujeitos sociais atingidos fizeram o RRCFS se concretizar, pois mobilizaram comunidades afetadas, entidades políticas e órgãos ambientais:

Foi o órgão ambiental que fez cumprir, né? E vocês têm até tal época agora para comprar a terra, senão, vamos embargar a obra, né? Então, o único jeito que tinha é embargando a obra. A única forma de fazer eles cumprirem era ali, quando mexia no capital financeiro deles, paralisava a obra. É o único jeito dele ter uma negociação (Sr. Carlos, 2023).

A ameaça de suspensão das obras fez com que os empreendedores do CEBI buscassem sanar as negociações com os sujeitos sociais atingidos, principalmente no que condiz ao RRC.

Para possibilitar maior dignidade e reestruturação das comunidades atingidas, o RRC deveria contemplar a escolha das terras, ter assistência técnica e dinheiro para permitir o restabelecimento da capacidade produtiva (Uchimura, 2022, p. 44). Além da perspectiva política, fica evidente as dimensões econômicas (uso da terra) e cultural (significação do espaço) da territorialidade, intrinsecamente relacionada ao modo como os sujeitos sociais utilizam a terra, reorganizam o espaço e como enfatizam o significado ao lugar (Haesbaert, 2006, p. 84).

Por meio da obra de Costa (2022, p. 513) permite-se entender que o plano de RRC aparece como aspiração dos sujeitos sociais atingidos em retomar as suas vidas de modo mais similar possível, ao vivido. O trabalho de Alvarez, Costa e Herrera (2019, p. 66), corrobora a reflexão de Costa (2022, p. 513), quando mencionam que o RRC se apresenta como uma modalidade de compensação que busca o restabelecimento das atividades e qualidade de vida das famílias interferidas, com condições similares ou superiores àquelas que possuíam antes da implantação do empreendimento.

O entrevistado Sr. Albano (2023), por exemplo, destacou que preferiu reassentar-se na área da margem esquerda do rio Iguaçu devido às características similares à sua antiga propriedade. Ele mencionou que o outro RRC, de Santa Tereza do Oeste-PR, embora fosse uma alternativa, não

seria ideal para o seu cultivo frutífero. Essa escolha, baseada em fatores ambientais e de adaptação às condições de cultivo, evidencia a importância das especificidades territoriais no reassentamento.

O RRCFS se localiza na margem direita do rio Capanema (Figura 3), no Distrito de Flor da Serra, pertencente ao município de Realeza-PR. A localização geográfica desse reassentamento foi determinante para seu nome e caracteriza uma nova configuração territorial para as famílias, que, ao escolherem esse local, buscaram não apenas a recuperação de suas terras, mas também a inserção em um contexto social e econômico mais favorável.

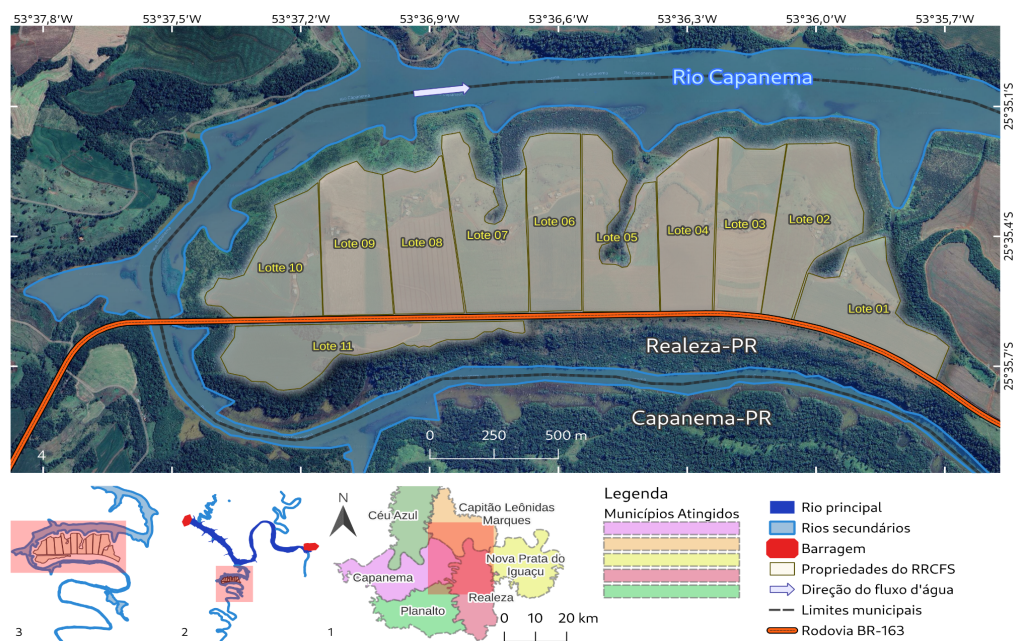


Figura 3 - Localização do RRCFS

Fonte: OpenStreetMap (2024); Google Maps Satellite Imagery (2024); Sistema de Coordenadas Plana: UTM Zone 22 Sul. Datum Horizontal: SIRGAS 2000.

Elaboração: os autores (2024). Licença: CC BY-SA 4.0 Deed

O RRCFS está limítrofe ao município de Capanema-PR, sendo delimitado pelo rio Capanema. O reassentamento tem 11 lotes, cada um com cerca de 16,5 hectares, destinados para as 11 famílias reassentadas. Há 10 lotes dispostos ao lado direito da rodovia federal BR-163, que liga Realeza-PR a Capanema-PR, e 1 lote no lado esquerdo. A proximidade com a rodovia federal possibilita maior acessibilidade e logística ao escoamento produtivo e aos serviços essenciais.

A proximidade do RRCFS em relação às antigas propriedades e comunidades, num raio de 20 km (Figura 4), possibilita uma reconfiguração territorial que favorece a manutenção de laços sociais e produtivos, minimizando as perdas associadas ao deslocamento.

O RRCFS localiza-se próximo às antigas comunidades, o que contribui na adaptação das famílias reassentadas ao aproximar com os laços familiares, sociais e culturais, o que também alivia parte do sofrimento causado pela ruptura territorial. Essa centralidade geográfica contribui para que as famílias reassentadas mantenham vínculos com as suas antigas comunidades e acesso a serviços de saúde, educação e comércio local, minimizando os impactos da desterritorialização. A proximidade com esses centros urbanos também facilita o deslocamento e a interação com redes de apoio, favorecendo a reterritorialização e a reconstrução de suas vidas em um novo território.

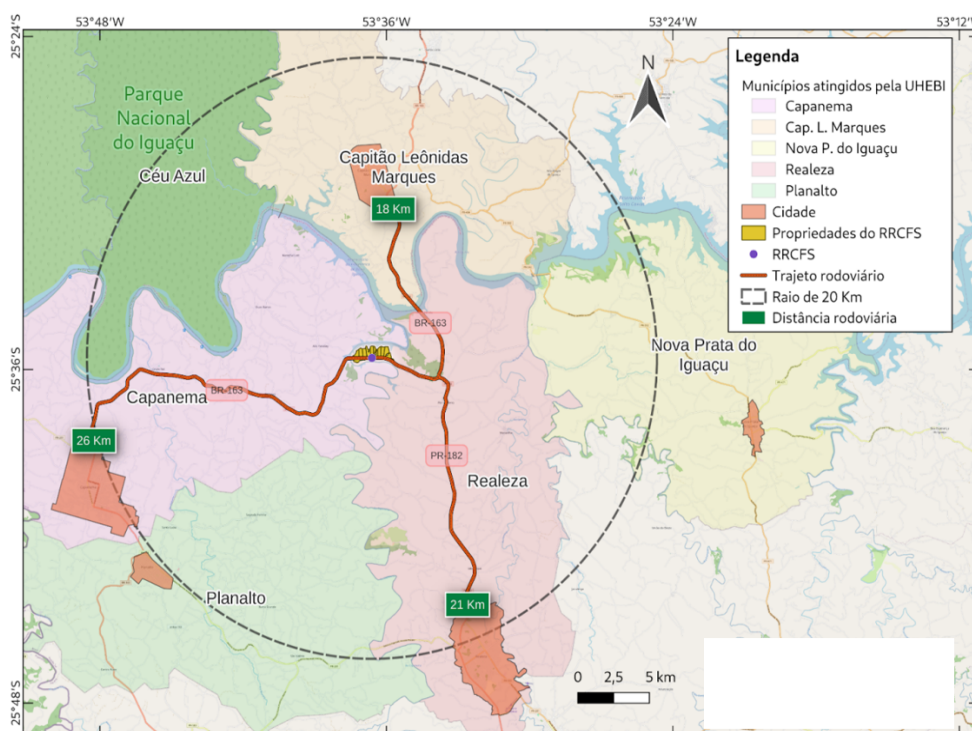


Figura 4 - Localização do RRCFS em relação aos municípios afetados

Fonte: OpenStreetMap (2024); Sistema de Coordenadas Plana: UTM Zone 22 Sul.

Datum Horizontal: SIRGAS 2000. Elaboração: os autores (2024). Licença: CC BY-SA 4.0 Deed

Mesmo morano no RRCFS, localizado no município de Realeza-PR, as famílias continuam apegadas ao lugar de origem e realizam a maioria de suas atividades rotineiras de mercado, banco, saúde e religiosidades no antigo município:

[...] às vezes, nós vamos lá pra Capanema pra fazer o rancho. Eu vou tudo em Capanema, por quê? Porque eu conheço Capanema, nasci e me criei em Capanema. Realeza, muitas vezes eu não sabia nem onde é que era o posto de saúde, direito. Agora que a gente está se acostumando, né? Mas no começo... Foi

difícil pra nós se adaptar. A gente já está acostumado lá em Capanema... Eu sei onde é tudo que é lugar que eu quero ir ou preciso ir lá em Capanema. Mas isso é legal porque você se apega ao lugar, né? Se apega ao município, né? (Sra. Diana, 2023).

A proximidade do RRCFS aos municípios afetados, como Capanema-PR, auxilia na interação de laços afetivos, familiares, de ajuda mútua e de vizinhança, vínculos materiais e imateriais com as antigas comunidades. Como exemplificado pela Sra. Diana (2023), apesar de ir para o RRCFS, continua catequista em sua antiga comunidade de Capanema-PR.

A reterritorialização não ocorre de maneira uniforme e o tipo de relação estabelecida com o espaço de partida influencia o processo de adaptação e de criação de um novo pertencimento territorial. Para os reassentados, o valor financeiro da terra e a esperança de melhores condições de vida no RRCFS reforçam a permanência e a busca por estratégias de reterritorialização. Assim, os reassentados reconstróem suas vidas e reafirmam o pertencimento ao novo território, integrando práticas cotidianas e culturais em um espaço que, embora novo, passa a ser percebido como “seu”.

Segundo o relatório de 2018 (Hidrelétrica Baixo Iguaçu, 2018, p. 4.23.3.7), cada reassentado recebeu uma casa de 70 m², um barracão de 96 m², além de sistemas de abastecimento de água, energia elétrica e acessos. Informaram no documento que, em maio de 2018, as obras estavam adiantadas. Por certo, as obras foram aceleradas porque toda a população da área de influência direta deveria sair para que o CEBI conseguisse a Licença de Instalação, a autorização para o enchimento do reservatório e, por fim, a Licença de Operação.

As residências seguem modelo padrão e foram construídas por empresa terceirizada, com os custos da obra arcados pelo CEBI. Contudo, as ampliações residenciais (áreas, churrasqueiras, coberturas e garagens) foram pagas pelos próprios reassentados (Figura 5).



Figura 5 - Algumas residências dos agricultores familiares no RRCFS

Fonte: Fotografias registradas, adaptadas e organizadas pelo autor (2023)

As ampliações refletem a busca por adequação às necessidades e preferências de cada família. A residência da entrevistada Sra. Bete (2023) foi uma das que passaram por ampliações e, em 2023, ainda estava inacabada. As famílias reassentadas só puderam realizar as ampliações ou modificações após a entrega das chaves do imóvel pelo CEBI, o que destaca o tempo e os esforços adicionais necessários para reterritorializar os novos espaços às expectativas de cada família.

As vias de acesso foram estrategicamente dispostas como divisas entre as propriedades dos reassentados (Figura 6). Esse planejamento reduziu os custos de construção e manutenção dos acessos individuais e promoveu maior proximidade entre vizinhos. Essa configuração territorial fortalece as relações de convivência e ajuda mútua entre os reassentados, essencial para a construção de novas identidades territoriais e formas de organização social.



Figura 6 - Acesso às propriedades do RRCFS

Fonte: Fotografias registradas e organizadas pelo autor com base no trabalho de campo (2023)

Sobre a produtividade no RRC, o agricultor familiar entrevistado, Sr. Albano (2023), descreve a diversidade produtiva praticada nesse processo de reterritorialização:

A gente cultiva milho, soja e é claro, planta miudezinha, tem uma vaquinha para o leite, mas é pro gasto. O milho, a soja... Sim, é para a venda, né? Mas criação, o porquinho, a miudeza, isso é pro consumo pra gente, pro piá. E não é muito pra vender, que nem dizem os outros, mais para o uso pessoal, né?

No RRCFS, os entrevistados se consideram “agricultores familiares”, pois utilizam a força de trabalho da família para prover o sustento. Suas práticas produtivas incluem a policultura e a pecuária extensiva de bovinos, suínos e aves. As famílias desenvolvem a policultura (Figuras 7 e 8), implementando uma variedade de plantações consorciadas, que incluem tanto culturas permanentes quanto temporárias. Esse fenômeno corrobora a afirmação de Silva e Cavalcante (2022, p. 226), segundo a qual o objetivo do território no reassentamento é promover a policultura, garantindo a continuidade do sustento familiar, cujas práticas são essenciais para a manutenção da subsistência familiar, além de contribuir para a economia local.



Figura 7 - Cultivos no RRCFS

Fonte: Fotografias registradas e organizadas pelo autor com base no trabalho de campo (2023)



Figura 8 - Cultivos de grãos no RRCFS

Fonte: Fotografias registradas e organizadas pelo autor com base no trabalho de campo (2023)

O agricultor familiar reassentado no RRCFS passa a territorializar-se, um processo que Haesbaert (2006, p. 97) define como “[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”. Nesse sentido, esses sujeitos sociais reorganizam o território de acordo com suas condições e limitações, estabelecendo novas relações de pertencimento e identidade em um espaço que agora é seu. Essa territorialização é essencial para fortalecer vínculos comunitários ao promover pertencimento e cooperação entre os reassentados.

Além das residências, cada família reassentada recebeu um barracão destinado ao armazenamento de maquinários, insumos e outros equipamentos (Figura 9).

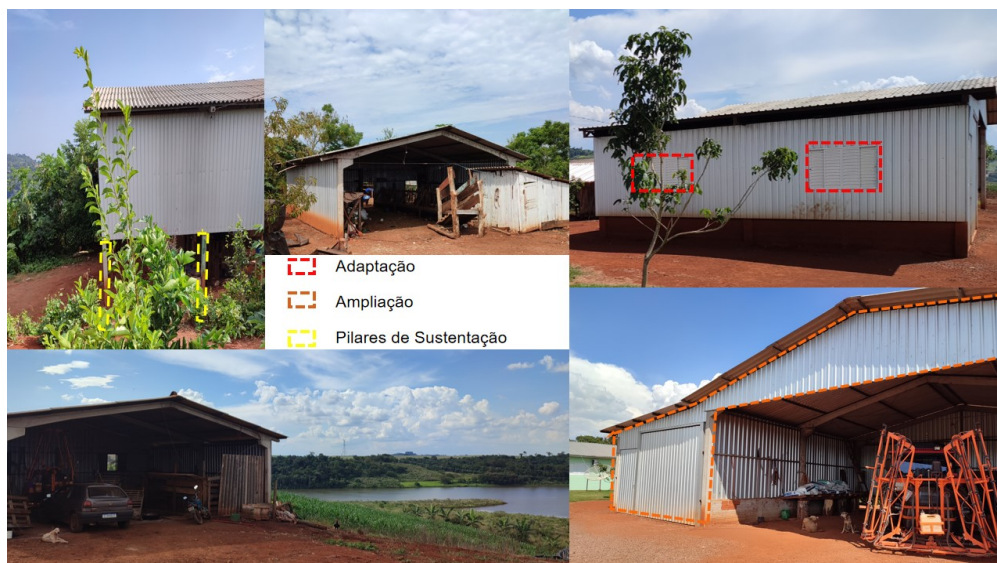


Figura 9 - Galpões instalados no RRCFS

Fonte: Fotografias registradas, adaptadas e organizadas pelo autor (2023).

Todos os galpões foram construídos por uma empresa terceirizada e pagos pelo consórcio empreendedor. No entanto, durante períodos chuvosos, esses galpões não ofereciam proteção total,

permitindo que a água atingisse os materiais armazenados, os quais ficavam expostos a danos e por isso, os sujeitos sociais reassentados arcaram com as adaptações e ampliações. Os reassentados no RRCFS trouxeram e remontaram, conforme suas possibilidades, as benfeitorias desmontadas de suas antigas propriedades, como forma de reaproveitar materiais e reduzir custos (Figura 10).



Figura 10 - Benfeitorias estruturadas com materiais da antiga propriedade rural

Fonte: Fotografias registradas, adaptadas e organizadas pelo autor (2023)

Com os materiais trazidos, os reassentados estruturaram cercas, piquetes, galpões, abrigos para animais e outros espaços de armazenamento para insumos e equipamentos, o que demandou um tempo considerável. Essa observação reforça a afirmação de Picoli (2012, p. 22), de que moldar um novo território exige tempo. O processo de reestruturação de um espaço envolve adaptar o local às necessidades e limitações de cada família, além de recriar os laços de vizinhança e convivência familiar que existiam na antiga propriedade.

Halbwachs (1990, p. 131-132) destaca que a materialidade do ambiente ao redor carrega as marcas do sujeito social e de sua convivência com os outros. A casa, os móveis, a disposição dos cômodos e a organização dos espaços remetem à memória familiar e aos amigos, refletindo hábitos e costumes antigos. A cultura e as preferências na escolha e disposição desses objetos são justificadas pelos laços sociais, que conectam os sujeitos a uma rede invisível, mas sempre presente.

Portanto, a compreensão dos processos de desterritorialização e reterritorialização é essencial para a formulação de intervenções mais justas e eficazes que respeitem os direitos e as

necessidades das comunidades afetadas por projetos de grandes empreendimentos. O desafio agora se concentra na construção de um futuro que reconheça e valorize a diversidade cultural e territorial, garantindo condições dignas de vida para todos os sujeitos sociais envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das experiências vivenciadas pelos reassentados revelou um cenário complexo, em que as práticas sociais, culturais e econômicas dos sujeitos sociais foram significativamente alteradas. A pesquisa apontou que, embora as comunidades enfrentassem desafios relacionados à perda de seus territórios originais, muitos reassentados demonstraram resiliência ao buscar adaptar-se a suas novas realidades.

As controvérsias apresentadas entre os sujeitos sociais atingidos e os representantes do CEBI correspondem à participação no processo decisório desterritorializador-reterritorializador que corresponde à multiterritorialidade. De acordo com Moreira e Maia (2020, p. 50), é possível perceber que o processo de RRC é uma reparação mitigatória em detrimento do desenvolvimento econômico que não considerou os fatores humanos em questão. Por isso, é importante, ao planejar os reassentamentos, levar em consideração os estudos e a reflexão dos fatores espaciais que formam a identidade de um grupo, com o intuito de reduzir os impactos ocasionados.

Segundo o embasamento de Silva e Cavalcante (2022, p. 209), o território dos projetos hidrelétricos expõe as relações marcadas pelo poder do empreendedor mediante a população local expropriada de seu território, de modo a apresentar o poder exercido por pessoas ou grupos na totalidade das relações sociais. Disso, a multiterritorialização representa a condensação melhor finalizada de um processo que simboliza a territorialização por meio da própria desterritorialização.

A desterritorialização dos sujeitos sociais atingidos pela implantação da UHEBI ocorreu mediante a pressão do CEBI, de modo que ela se complementou com a reterritorialização no reassentamento. Dessa forma, passaram à condição de reassentados enquanto medida mitigatória, em reparação à desterritorialização, o que Haesbaert (2006) denominaria enquanto dinâmica de TDR (territorialização, desterritorialização, reterritorialização), tendo afinidade a um conjunto de relações estruturadas nas conexões com mecanismos e seus reguladores, ou seja, com as determinações do Estado e de seus executores.

Sendo assim, esta reflexão é essencial para o raciocínio, enquanto a construção do “território” se caracteriza com distintas feições a qual aparece *a priori* vinculada, em suas múltiplas dimensões, nesse “[...] entrecruzamento entre o vivido, o percebido, o concebido, e o absoluto, o relativo e o relacional)” (Haesbaert, 2008, p. 103-104). A partir das narrativas, ficou evidente a relação territorial material e imaterial dos sujeitos sociais reassentados.

As reflexões de autores como Haesbaert (2006) e Uchimura (2022) foram fundamentais para compreender as dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização em um contexto de mudança forçada. A ideia de que a desterritorialização não é um fenômeno isolado, mas sim um processo intrinsecamente ligado à reterritorialização, ajudou a elucidar a complexidade das experiências dos agricultores reassentados.

Posto isso, embora os problemas do RRCFS não sejam mais noticiados nos meios de comunicação, haja vista que a UHEBI foi implantada e está em operação, torna-se importante contextualizar geo e historicamente os impactos multiterritoriais do pós-barragem, de modo evidenciar como se deu e está se dando a reconfiguração territorial dos agricultores familiares reassentados no RRCFS, mediante esse processo de reterritorialização.

6 REFERÊNCIAS

ALVAREZ, W. de P.; COSTA, D. F. da; HERRERA, R. C. Transformação na paisagem do Reassentamento Rural Coletivo, Travessão km 27, Vitória do Xingu/PA. Dossiê Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, Bragança, v. VII, n. 03, p. 65-79. dez. 2019.

CARVALHO, G. de A. P.; SIEBEN, A. Da ilha de São José ao Reassentamento Coletivo Baixão em Baçulândia (TO): efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito na Amazônia. **Cuardenos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 175-791, ene.-jun. 2019.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 1-47.

COSTA, F. C. Reforma estrutural: um diagnóstico do caso e da judicialização do Reassentamento Coletivo de Gesteira, MG. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP**, Rio de Janeiro, ano 16, v. 23, n. 1, p. 502-523, jan-abr. 2022.

DESENVIX. RIMA: **Relatório de Impacto Ambiental**: UHE Baixo Iguaçu. Florianópolis: Desenvix/SA, 9 nov. 2008. 69 p.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Reassentamento**. Dicio. 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/reassentamento/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular UNESP, 2008, p. 197-216.

HALBWACHS, M. **Memória Coletiva**. Tradução de Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 165-205.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008, p. 95-120.

HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU. **Relatório de status de cumprimento dos programas ambientais e condicionantes da LI IAP (Nº 17.033/2015), AA ICMBio (Nº 001/2015) e solicitação de LO**. Capanema: Hidrelétrica Baixo Iguaçu, jul. 2018, p. 1-1 - 5-13.

HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU. **Relatório de status de cumprimento dos Programas Ambientais e Condicionantes da LO nº 35.980/2019 e Autorização Ambiental do ICMBio nº 001/2015 para solicitação de renovação de LO**. Hidrelétrica Baixo Iguaçu, set. 2022. 207 p.

JORNAL A NOTÍCIA. População se une para reivindicar a retomada das obras da UHE Baixo Iguaçu. **Jornal A Notícia**. Geral. Capanema-PR, 19 set. 2015.

MATIELLO, C.; QUELUZ, G. L. A implantação da usina hidrelétrica do Baixo Iguaçu: uma análise a partir dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 16, n. 109, 15 p., jul./dez. 2015.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular UNESP, 2008, p. 217-227.

MOREIRA, F. D.; MAIA, R. T. T. Ruptura com o lugar e destruição de imagens espaciais em cidades reassentadas: o caso de Itacuruba–PE. **Revista Projetar: Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 5, n. 2, p. 36-52, maio 2020.

PICOLI, B. A. Sob os desígnios do progresso. Xanxerê: **News Print**, 2012. 275 p.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 70.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: **Expressão Popular**, 2007. 192 p.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate**, XIX, n. 21 – jan/jun. 2011, p. 5-15.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, UNESP, 2008, p. 143-173.

SAQUET, M. A. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/GAs PERR, 2005, p. 35-52.

SILVA, D. C. da; CAVALCANTE, M. M. de A. Reassentamento Rural Coletivo na Amazônia: estudo da desterritorialização das famílias afetadas pelas Hidrelétricas Santo Antônio (RO) e Belo Monte (PA). **Campo-Território**, Uberlândia–MG, v. 17, n. 44, p. 204-229, abr. 2022.

SILVA, J. da. **Geografia e impactos ambientais**: uma abordagem crítica. 2. ed. São Paulo: Editora Geográfica, 2010, p. 45.

SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008, p. 57-72.

UCHIMURA, G. C. **O reassentamento da comunidade de Gesteira em movimento (2015-2022)**: crítica à moderna alquimia mineromercantil e à forma jurídica da dissolução comunitária. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). UFPR: Curitiba, 2022. 380 p.

USINA BAIXO IGUAÇU. Dados do projeto técnico. **Blogspot**. Capitão Leônidas Marques, 7 abr. 2017. Disponível em: <http://usinabaixoiguacu.blogspot.com.br/2014/06/dados-do-projeto-tecnico.html>. Acesso em: 05 dez. 2024.

VAINER, Carlos Bernardo. **Conceito de “atingido”**: uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. 31 p.

ENTREVISTAS

SR. ALBANO. Entrevista. [24 mar. 2023]. Entrevistador: o próprio autor, Capanema, 2023. Arquivo mp3 (30min16seg).

SR. CARLOS. Entrevista. [24 mar. 2023]. Entrevistador: o próprio autor, Capanema, 2023. Arquivo mp3 (52min57seg).

SR. GILBERTO. Entrevista. [25 mar. 2023]. Entrevistador: o próprio autor, Capanema, 2023. Arquivo mp3 (53min25seg).

SRA. BETE. Entrevista. [24 mar. 2023]. Entrevistador: o próprio autor, Capanema, 2023. Arquivo mp3 (01h35min06seg).

SRA. DIANA. Entrevista. [24 mar. 2023]. Entrevistador: o próprio autor, Capanema, 2023. Arquivo mp3 (21min30seg).

Data de recebimento: 14 de fevereiro de 2025.

Data de aceite: 10 de dezembro de 2025.